



Boletim de Direito Administrativo - BDA

São Paulo, v. 21, n. 1, jan. 2015

Doutrina, Pareceres e Atualidades

- ◆ A gestão da sustentabilidade no Judiciário do estado do Rio de Janeiro
Jessé Torres Pereira Junior
- ◆ A distribuição gratuita de bens, valores ou benefícios em ano eleitoral
João Gabriel Lemos Ferreira
- ◆ A relação entre o constitucionalismo e a democracia: uma análise da nova Lei de Cotas Sociais
Vanessa Cristina Gavião
- ◆ A responsabilidade civil estatal por “erro” do Executivo no ambiente regulado
Cristiana Campos Mamede Maia
- ◆ As novas acepções de processo e de procedimento: importância da Defensoria Pública para legitimidade
José Aníjar Fragoso Rei

Jurisprudência e Decisões dos Tribunais de Contas

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Tribunal Superior do Trabalho**
Agente público - Funcionário celetista concursado - Fundação pública - Dispensa imotivada no curso do estágio probatório - Inadmissibilidade - Motivação necessária pautada na avaliação especial de desempenho - Inteligência do § 4º do art. 41 da CF
- ◆ **Tribunal de Contas da União**
Concurso público - Provimento de cargo efetivo - Aprovação de portadores de deficiência - Critérios de posse - Inteligência do Dec. nº 3.298/1999, com as alterações promovidas pelo Dec. nº 5.296/2004
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Improbidade administrativa - Médico - Cobrança por parto realizado em hospital privado vinculado ao SUS - Procedimento que já havia sido pago pelo Iamspe - Não comprovação da qualidade de agente público, ou a ele equiparado, no exercício do múnus público pelo profissional - Serviço médico não financiado pelos cofres públicos - Atendimento particular no nosocômio - Instituição privada participante de forma complementar do SUS - Inexistência de lesão a interesse do Erário - Atipicidade da conduta - Inaplicabilidade da Lei nº 8.429/1992

◆ **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**

Policia Civil - Estágio probatório - Exoneração - Ausência de conduta ilibada - Ator em filme pornográfico - Existência de boletim de ocorrência no qual consta como participante em acidente de trânsito que resultou em homicídio e lesão corporal culposos - Fatos anteriores ao exercício do cargo – Comportamentos eventualmente desabonadores que deveriam ter sido avaliados por meio de levantamento ético-social sobre a vida pregressa do candidato, previamente à posse como Investigador - Afronta aos princípios da razoabilidade, da isonomia e da impessoalidade - Anulação do decreto exoneratório

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Portador de deficiência comprovadamente carente - Gratuidade do transporte coletivo interestadual - Transporte aéreo - Passe livre e gratuito - Reserva de duas poltronas por aeronave - Inexistência de limitação legal aos transportes rodoviário, ferroviário e aquaviário - Eficácia do art. 1º da Lei nº 8.899/1994 que independe da criação de fonte de custeio - Eventual desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão celebrado pela empresa aérea que deve ser submetido ao exame da Administração - Dano moral coletivo - Indenização devida

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Processo administrativo - Revogação da outorga para exploração de serviço especial de transmissão de televisão - Recurso administrativo - Negativa de provimento pela mesma pessoa que havia julgado o pedido de reconsideração, embora ocupando cargos distintos, respectivamente, Secretário Executivo do Ministério das Comunicações e Ministro de Estado - Inadmissibilidade - Afronta aos princípios da impessoalidade, da imparcialidade e do duplo grau - Nulidade da decisão proferida em sede recursal



Boletim de Direito Administrativo - BDA **São Paulo, v. 21, n. 3, mar. 2015**

Doutrina, Pareceres e Atualidades

- ◆ A responsabilização objetiva da administração pública nos contratos de terceirização ante a convenção nº 94 da OIT
Igor de Oliveira Zwicker
- ◆ Aspectos jurídicos do crédito de carbono e sua aplicação no ordenamento jurídico brasileiro
Roberto Elias Rodrigues, Beatriz Gomes da Silva
- ◆ Delação premiada não serve para fins de admissibilidade de ação de improbidade administrativa
Mauro Roberto Gomes de Mattos
- ◆ Por uma releitura do conceito de orçamento autorizativo no Brasil
Thaís Boia Marçal

Jurisprudência e Decisões dos Tribunais de Contas

Acórdãos na Íntegra

- ◆ **Tribunal Regional Federal da 4ª Região**
CNH - Cadastro ou renovação do documento - Fotografia - Uso de hábito religioso - Pretensa vedação embasada em resolução do Contran - Não cabimento - Atributo inerente à personalidade - Garantia fundamental insculpida no art. 5º, inc. VI, da CF/1988, que não pode sofrer mitigação por norma regulamentar - Liberdade religiosa assegurada
- ◆ **Superior Tribunal de Justiça**
Defensoria pública - Ação civil pública - Plano de saúde - Pretensa declaração de abusividade no reajuste contratual em razão da mudança de faixa etária - Ilegitimidade ativa para a causa - Consumidores que não podem ser considerados ? necessitados? a ponto de serem patrocinados, de forma coletiva, pela instituição - Encaminhamento do feito ao Juízo de 1ª Instância para convocação de eventuais sucessores interessados
- ◆ **Tribunal Superior Eleitoral**
Doação eleitoral - Realização de donativo por firma individual - Observância dos limites impostos às pessoas físicas - Limitação a 10% dos rendimentos brutos auferidos no ano anterior à eleição - Hipótese que não cuida de Eireli - Inteligência do art. 23, § 1º, inc. I, da Lei nº 9.504/1997
- ◆ **Tribunal de Contas da União**
Férias - Servidor público - Agentes que operam direta e permanentemente com raios

X ou substâncias radioativas - Benefício de descanso semestral de 20 dias consecutivos, nos termos do art. 79 da Lei nº 8.112/1990 - Extensão do benefício a todos os servidores da CNEN, indistintamente, sem amparo legal e em contrariedade ao dispositivo legal em epígrafe - Inadmissibilidade - Adoção de medida cautelar inaudita altera parte

◆ **Tribunal Regional Federal da 1ª Região**

Meio ambiente - Exploração de recursos energéticos em área indígena - Usina Hidrelétrica de Belo Monte - Descumprimento de condicionantes estipuladas em licença prévia - Emissão de licença parcial de instalação e, posteriormente, de licença de instalação - Autorização de supressão de vegetação - Afronta aos princípios da impessoalidade, da moralidade ambiental, da precaução, da prevenção, da proibição do retrocesso ecológico e do desenvolvimento sustentável - Ação civil pública - Abstenção pelo Ibama da emissão de quaisquer outras licenças até o cumprimento pela promovida das condicionantes - Vedação ao repasse de recursos, ou celebração de pactos nesse sentido, pelo BNDES, enquanto não supridas as aludidas omissões

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Partido político - Prazo mínimo de um ano de registro para participação nas eleições - Art. 4º da Lei nº 9.504/1997 - Constitucionalidade - Previsão que encontra ligação estreita com a exigência constitucional da prévia filiação partidária - Elegibilidade - Interregno mínimo também de um ano - Inteligência dos arts. 14, § 3º, inc. V, e 16 da CF/1988, art. 18 da Lei nº 9.096/1995 e art. 9º e parágrafo único da Lei nº 9.504/1997

◆ **Supremo Tribunal Federal**

Servidor público - Suposto auxílio à liberação de documentos aos interessados na aquisição de cadastros de terras públicas, em razão de sua influência, mesmo estando afastado de suas funções originárias - PAD - Alegado cerceamento de defesa - Improcedência - Absolvição no âmbito penal por falta de provas - Aplicação, na esfera administrativa, da pena de demissão - Não cabimento - Afronta aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade - Reintegração aos quadros da autarquia que se impõe